



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **ONIVALDO BARRIS** – Presidente, **MÁRIO SÉRGIO VERRI** - Vice-Presidente, e **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** –Membro. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2022, às 15 horas do dia 31 de maio de 2022, o Presidente Onivaldo Barris cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ) presente, em nome dos senhores Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda; William Sergio Carmona Bustos, Superintendente; Gilvane de Almeida Braga, Diretor de Contabilidade; Claudinei Braz da Silva, Diretor de Orçamento; e Nádia da Rocha Ferreira, Contadora. Além deles, Onivaldo Barris destacou a presença do Vice-Prefeito Edson Scabora. Acompanharam a Audiência Pública de Prestação de Contas, em partes ou em sua totalidade, os vereadores Onivaldo Barris, Mário Verri, Cristian Maia da Silva, Alex Chaves, Ana Lúcia Rodrigues, Altamir dos Santos e Sidnei Telles. Flávio Mantovani e Paulo Biazon estavam ausentes, entretanto se fizeram representar pelas respectivas assessorias de gabinete. Estavam presentes, ainda, os senhores Coronel Cardoso, Secretário Municipal de Infraestrutura; Francisco Favoto, Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar; Patrícia Parra, Coordenadora do Procon (Proteção e Defesa do Consumidor) - Maringá; Tânia Periotto, Secretária Municipal de Educação; Aline Câmara, Secretária Municipal da Criança e do Adolescente; Marco Antônio Lopes de Azevedo, Secretário Municipal de Bem-Estar Animal; Clóvis de Melo, Secretário Municipal de Saúde; e Marcos Cordioli, Secretário de Aceleração Econômica e Turismo. O Presidente informou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Onivaldo Barris explicou que seriam permitidos dois minutos para a realização de perguntas por cada interlocutor, de forma concisa e direta. Além do acompanhamento presencial, também seria possível participar remotamente, por meio do site oficial, páginas do *Facebook* e do *YouTube* da Câmara Municipal de Maringá, com o envio de questões pertinentes ao tema desta Audiência. Em seguida, com a palavra, o senhor Orlando Chiqueto agradeceu aos servidores e aos demais presentes pelo comparecimento ao evento, bem como aos Vereadores, Secretários Municipais e ao Vice-prefeito. Ele destacou que o Prefeito Municipal exigiu que todas as pastas se fizessem presentes por meio de seus titulares ou fossem representadas por seus servidores nesta ocasião. Assim, todo e qualquer questionamento ou dúvida poderia ser prontamente esclarecido pelas Secretarias Municipais. Segundo o Secretário Municipal de Fazenda, o objetivo da apresentação era o de ensejar o melhor entendimento por parte da população acerca da administração dos recursos públicos no Município. Sendo assim, Orlando Chiqueto iniciou a explanação dos dados referentes ao 1º quadrimestre de 2022. Ele explicou que a exposição estava dividida em cinco partes: receitas, despesas, resultados, índices legais e análise da gestão fiscal do Município. Em seguida, passou a expor, em *slides*, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Anexo Caderno 1º Quadrimestre 2022 (0259310)" e "Relatório Slides (0259776)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 22.0.000003196-1. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 1º Quadrimestre de 2022 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Ao término da apresentação de *slides*, o senhor Orlando Chiqueto se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores e dos demais interessados. Com a palavra, o Vice-Prefeito cumprimentou os presentes e agradeceu à SEFAZ

e aos demais servidores pelo trabalho que mantém a alta qualidade de vida em Maringá. Em sua opinião, ao analisar os números, a sensação é de orgulho em ser maringaense. Edson Scabora disse que, durante os quase seis anos da atual gestão, constatam-se melhorias na economia do município, já que o aumento de arrecadação em Maringá não está atrelado ao aumento de tributos. Ele lembrou que novas atividades passaram a ser exploradas, como o turismo, dando o exemplo do investimento de mais de quatro milhões de reais no projeto "Maringá Encantada", para o Natal do ano de dois mil e dezessete. O retorno naquele ano, segundo o Vice-Prefeito, foi de onze milhões de reais arrecadados; e, no ano seguinte, de vinte e cinco milhões de reais. Além disso, ele frisou que a reforma do Aeroporto propiciará o pouso de aeronaves internacionais de carga, atraindo muitas empresas deste novo setor econômico. Portanto, explicou que o objetivo da Administração Municipal era criar um ambiente atrativo para novas empresas e incentivar os setores econômicos já existentes, como a logística e a tecnologia de informação. Esta, segundo Edson Scabora, após incentivos municipais, teve sua arrecadação incrementada em cerca de 80%. Ele continuou, dizendo que, além dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e segurança, novos investimentos devem ser realizados para aumentar a arrecadação sem a criação de novos tributos ou aumento de alíquotas. O Vice-Prefeito destacou que Maringá é a cidade do Sul do Brasil que melhor gasta seus recursos, além de ser a mais transparente da mesma região. Ainda, durante o período de maior enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus, este Município foi um dos únicos do Paraná com a totalidade das contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Paraná. Finalizando sua fala, Edson Scabora afirmou que Maringá é a melhor cidade do Brasil em qualidade de vida e parabenizou a equipe de Contadores da SEFAZ, bem como o titular da pasta, pelo bom trabalho relativo às contas públicas municipais. Designado por Onivaldo Barris para secretariar os trabalhos a partir deste momento, o Vice-Presidente da CFO, Mário Verri, abriu as inscrições aos vereadores que desejassem fazer o uso da palavra para solicitar esclarecimentos ou realizar considerações acerca do tema desta Audiência. Com a palavra, Alex Chaves cumprimentou a todos. Lembrou que na data havia sido votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias em Sessão Ordinária desta Casa, cujo conteúdo demonstrava que o Município vem se preparando para o futuro e, um exemplo disso, é a reestruturação da Administração. O verador citou como pontos altos da atual Administração o aumento de arrecadação do ISS e a efetivação dos serviços públicos com qualidade. Entretanto, ele comentou que os municípios vêm sendo surpreendidos pela inflação e alta do índice SELIC. Portanto, Alex Chaves perguntou sobre como a Administração Municipal está lidando com a variação dos valores na hora da contratação, e se o movimento do mercado pode vir a atrapalhar as contas do município. Em resposta, Orlando Chiqueto lembrou que o Orçamento é aprovado por esta Casa sempre no ano anterior, em meados de setembro. Entretanto, ele explicou que a SEFAZ inicia os levantamentos da potencialidade de arrecadação em meados de março, e fecha a expectativa de receita para o ano seguinte em maio ou junho. Já o levantamento de despesas, segundo o Secretário, é finalizado até o final de agosto. Assim, ele esclareceu que o Orçamento chega à Câmara Municipal defasado, já que há alguns fatores externos que não podem ser previstos e que interferem na economia do Município, como a guerra na Europa afetando o preço das *comodities*, do combustível e do dólar. Orlando Chiqueto informou que, quando o Orçamento para este ano foi elaborado, a inflação estava na casa dos sete por cento, tendo aumentado para quase doze por cento nos dias atuais, e que, por isso, é importante a possibilidade legal de remanejar até quinze por cento do Orçamento para fazer as adequações necessárias. Ele exemplificou os problemas decorrentes de fatores externos com a dificuldade do Secretário Municipal Coronel Cardoso na aquisição de combustíveis, havendo a necessidade de a Prefeitura Municipal de Maringá promover suplementação de recursos para esta necessidade. Orlando Chiqueto também citou os desafios diários que o Secretário Municipal de Saúde vem enfrentando com a mudança dos preços dos medicamentos e insumos. No entanto, o titular da SEFAZ esclareceu que, no Orçamento, há uma previsão de quase dezenove milhões de reais para contingenciamento, que podem ser utilizados para tais situações. Entretanto, afirmou que, por enquanto, a Prefeitura Municipal vem fazendo remanejamentos para atender a estas situações pontuais. Além da reserva de contingência, o Município também pode lançar mão do superávit do exercício anterior, segundo ele. O senhor Secretário comentou, inclusive, que o superávit foi utilizado para fazer um acordo com a União e negociar uma dívida que era de um bilhão de reais para cento e trinta e oito milhões de reais, e também para parcelar a dívida referente à trimestralidade. Orlando Chiqueto concluiu sua fala acerca do tema ressaltando que os servidores da Fazenda estão atentos quanto a este assunto, assim como os Secretários Municipais e suas equipes estão no controle de seus Orçamentos, caso haja necessidade de fazer as adequações, cortes de despesas etc. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues cumprimentou a todos e comentou sobre a firmeza do Secretário Municipal de Fazenda com os contas públicas, bem como a objetividade e sistematização dos dados apresentados visando a melhor compreensão de todos. Parabenizou também o comprometimento dos servidores da SEFAZ e demais Secretarias Municipais. Ela comentou que, ainda que o setor produtivo

seja fundamental na estrutura da economia, é o setor financeiro que auferir os maiores lucros, fato que traz preocupações à vereadora. Assim, perguntou se há arrecadação ampla do setor financeiro por parte do Município. Adentrando outra temática, Ana Lúcia comentou que não é satisfatório recolher impostos quando a população não se sente atendida. Segundo ela, a população sente que há retorno da arrecadação para si quando há a boa prestação de serviços públicos, os quais são realizados por pessoas. Sendo assim, ela disse que observou que os limites com despesa de pessoal demonstram a possibilidade de ampliação de quadros, dada a não proximidade com o limite prudencial ou de alerta. Portanto, a vereadora perguntou se existe no planejamento da SEFAZ, ou no próprio projeto da atual gestão, margem para a realização de concursos, a fim de ampliar quadro de servidores públicos. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda comentou que, quando esta gestão assumiu a SEFAZ em dois mil e dezessete, o Prefeito Municipal confiou à pasta uma missão: aumentar a arrecadação de impostos, pois queria ampliar os serviços entregues à população e realizar investimentos estruturantes para a cidade. Entretanto, o Poder Executivo Municipal não desejava o aumento da carga tributária. Assim, segundo Orlando Chiqueto, a SEFAZ precisou buscar a máxima eficiência e eficácia no trabalho. Algumas das ações a fim de alcançar este objetivo foi a contratação de auditores tributários e criação de Gerência de Fiscalização Econômica composta somente por auditores tributários, os quais foram especializados em setores e núcleos. Ele explicou que o principal núcleo é relativo a instituições financeiras e seguros, já que as instituições financeiras estão entre os cinco segmentos que mais pagam ISS no município de Maringá. O senhor Secretário frisou que a pasta criou *expertise* na fiscalização deste segmento, com ferramentas próprias, parcerias com a Receita Federal, troca de informações, ampliação da base de dados e qualificação de servidores. Assim, segundo ele, a melhor fiscalização permite que haja justiça no recolhimento de tributos. Orlando Chiqueto esclareceu que estes métodos possibilitam uma boa arrecadação e a redução no índice de gasto com pessoal, pois para este cálculo compara-se o valor da folha de pagamento com a arrecadação. Sobre o segundo questionamento da vereadora, ele lembrou que já há a publicação de um edital de concurso em andamento para a contratação de novos servidores. Entretanto, o Secretário da SEFAZ alertou que a folha de pagamento é gasto contínuo; já a arrecadação, nem sempre. Esta, segundo ele, depende da economia local, do fortalecimento das empresas, da política econômica nacional e da legislação nacional. Orlando Chiqueto exemplificou sua fala, informando que está em tramitação no Senado Federal um texto que permite descontos de ICMS a vários segmentos, principalmente na área de combustível e energia elétrica. Se isto acontecer, segundo ele, o Paraná vai perder seis bilhões de reais por ano, e, consequentemente, os municípios deixarão de receber as transferências voluntárias, afetando o orçamento. Dada a atual conjuntura, o Secretário Municipal esclareceu que o município não tem segurança para garantir que, ampliando o quadro de servidores, o índice de gasto com pessoal será respeitado, dada a incerteza da arrecadação. Entretanto, ele informou que a Frente Nacional dos Prefeitos tem trabalhado nesse sentido, e que o Prefeito Municipal está com contato com deputados e senadores a fim de evitar a votação deste texto. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues indagou se a Frente Nacional dos Prefeitos vinha fazendo algo no sentido de fomentar o encaminhamento da lei que tira a folha de pagamento dos servidores da Educação do orçamento geral do município, que tramita há anos no Congresso Nacional. Orlando Chiqueto respondeu que esta discussão perdeu os holofotes em função do surgimento de outros pontos mais urgentes como o não cumprimento do investimento de vinte e cinco por cento durante a pandemia, o texto citado acerca do ICMS e a tentativa de aprovar a reforma tributária implantando o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unifica os impostos, e, consequentemente, elimina o ISS. Este último ponto, segundo ele, é preocupante, visto que o Município pode perder fonte importante de arrecadação. Assim, o Secretário alertou sobre a possibilidade de enfraquecimento da capacidade de investimento e de honrar compromissos financeiros, principalmente a folha de pagamento dos servidores. O vereador Paulo Biazon, devido a compromisso na capital do Estado em nome da Comissão de Segurança, encaminhou, por mensagem via mídia social, questão indagando se, diante do superávit, havia a possibilidade do aumento do efetivo da Guarda Municipal. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que, se esta decisão fosse baseada somente nos anseios do Poder Executivo de Maringá, certamente ocorreria, ressaltando que o Secretário Municipal de Segurança, Ivan Quartarolli, também estava em Curitiba para reuniões com o Secretário Estadual de Segurança, a fim de buscar alternativas para melhorar a segurança. Alguns dos cuidados com o tema foram citados pelo titular da SEFAZ, como a implantação de câmeras de monitoramento, cujas licitações estão concluídas e aquisições estão sendo realizadas. Assim, ele concluiu que há uma tendência de, nos próximos meses, haver o fortalecimento da capacidade de manter a segurança no Município. Quanto ao aumento do efetivo da Guarda Municipal, Orlando Chiqueto concordou sobre a importância do tema, mas lembrou da cautela necessária com o aumento da folha de pagamento de pessoal e seus índices de limites. Com a palavra, Onivaldo comentou que observava vários pontos positivos na gestão da SEFAZ com as contas

públicas: superávit perene, endividamento baixo, aumento de arrecadação sem aumento de impostos, folha de pagamento em dia, adiantamento do décimo terceiro salário, precatórios liquidados e certidões em dia. O vereador lembrou que o Poder Executivo e Legislativo Municipal são guardiões dos recursos públicos e administradores dos valores pagos pelos contribuintes, sendo necessária muita responsabilidade para tal trabalho. Portanto, parabenizou o Prefeito Municipal Ulisses Maia e seu Vice-Prefeito Edson Scabora pela escolha de Orlando Chiqueto e sua valiosa equipe no comando das contas públicas. Sem mais questionamentos a serem respondidos, tanto dos vereadores quanto do público em geral de forma remota ou presencial, o Secretário Municipal de Fazenda agradeceu aos presentes e aos que acompanharam o evento, colocando a si mesmo e sua equipe à disposição para maiores esclarecimentos. Com a palavra, o Presidente da CFO agradeceu à Secretaria Municipal de Fazenda pela apresentação e pelo esclarecimento das dúvidas, além dos demais presentes pelo acompanhamento desta prestação de contas. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16h27min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2022, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2022** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

ONIVALDO BARRIS

Presidente

MÁRIO SÉRGIO VERRI

Vice-Presidente

CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA (MANINHO)

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 09/06/2022, às 09:56, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 09/06/2022, às 10:55, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Verri, Vereador**, em 09/06/2022, às 13:07, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0259888** e o código CRC **B611A3FD**.